

Coletivos juvenis nas periferias: trabalho e engajamento em tempos de crise

Corrochano, Maria Carla; Laczynski, Patricia

Coletivos juvenis nas periferias: trabalho e engajamento em tempos de crise

Linhas Críticas, vol. 27, 2021

Universidade de Brasília, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193567258016>

DOI: <https://doi.org/10.26512/lc.v27.2021.36720>



Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución 4.0 Internacional.

Dossiê: As dimensões educativas da luta: saberes e aprendizados da e na militância política

Coletivos juvenis nas periferias: trabalho e engajamento em tempos de crise

Colectivos de jóvenes en las periferias: trabajo y compromiso en tiempos de crisis

Youth collectives in the peripheries: work and engagement in times of crisis

Maria Carla Corrochano

Universidade Federal de São Carlos, Brasil, Brasil

mcarla@ufscar.br

 <https://orcid.org/0000-0001-8030-6461>

DOI: <https://doi.org/10.26512/lc.v27.2021.36720>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193567258016>

Patricia Laczynski

Universidade Federal de São Paulo, Brasil, Brasil

patricialac@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-4448-9269>

Recepción: 28 Febrero 2021

Aprobación: 17 Mayo 2021

Publicación: 20 Mayo 2021

RESUMO:

No contexto de intensa crise no Brasil e no mundo, se aprofunda a deterioração dos mercados de trabalho, atingindo gravemente os jovens moradores de periferias urbanas. Parte deles busca construir alternativas de geração de trabalho e renda a partir de seus coletivos de pertencimento. O artigo apresenta os resultados iniciais de pesquisa qualitativa realizada junto a jovens desses coletivos, evidenciando seus desafios, bem como mudanças de percepção em relação ao próprio trabalho e às possibilidades de outros modos de engajamento na demanda por esse direito.

PALAVRAS-CHAVE: Coletivos juvenis, Participação política, Trabalho, Pandemia, São Paulo.

RESUMEN:

En el contexto de una intensa crisis en Brasil y en el mundo, el deterioro de los mercados laborales se profundiza, afectando severamente a los jóvenes que viven en las periferias urbanas. La construcción de alternativas para la generación de trabajo e ingresos pasa a formar parte de la agenda de los grupos juveniles. El artículo presenta los resultados iniciales de una investigación cualitativa realizada con jóvenes de estos grupos, mostrando cambios en la percepción en relación a su propio trabajo y a diferentes posibilidades de compromiso en la demanda de este derecho.

PALABRAS CLAVE: Grupo de jóvenes, Participación política, Trabajo, Pandemia, São Paulo.

ABSTRACT:

In the context of an intense crisis in Brazil and in the world, the deterioration of labor markets is deepening, severely affecting young people living in urban peripheries. The construction of alternatives for the generation of work and income becomes part of the agenda of the youth groups. The article presents the initial results of qualitative research carried out with young people from these groups, showing changes in perception in relation to their own work and different possibilities of engagement in the demand for this right.

KEYWORDS: Youth groups, Political participation, Work, Pandemic, São Paulo.

INTRODUÇÃO

Desde o chamado novo ciclo de protestos, iniciado em 2013 (Bringel, 2017), muitas das manifestações protagonizadas por jovens no País pautaram-se pela luta pelo direito à cidade (Gohn, 2013; Maricato, 2013), à educação (Groppo, 2018) e à cultura ou à participação política (Tomizaki & Daniliauskas, 2018), contemplando tanto posicionamentos mais progressistas, quanto conservadores, e mobilizando um

significativo conjunto de análises (Bringel & Sposito, 2020). Todavia, as lutas pelo direito ao trabalho e por melhores condições de trabalho ainda não haviam ganhado centralidade entre os jovens brasileiros, diversamente do que vinha sendo observado em outros países, onde o problema do desemprego e da precarização do trabalho vividos mais agudamente pelas jovens gerações, marcaram um conjunto de protestos (Ferreira et al., 2017). Ainda que o trabalho e especialmente o desemprego sempre tenham emergido como preocupações relevantes entre os jovens brasileiros, evidenciadas em diferentes pesquisas de opinião (Guimarães, 2005; Corrochano & Freitas, 2016) e nas conferências de juventude (Peregrino et al., 2018), o tema do trabalho esteve pouco presente nos protestos protagonizados por jovens. Do mesmo modo, a participação juvenil em instâncias tradicionais, tais como sindicatos e partidos sempre fora menos expressiva (Venturi & Bokany, 2005; Souto, 2016).

No campo de estudos da juventude, as análises que focalizavam o engajamento político e as ações coletivas protagonizadas por jovens e aquelas que buscavam compreender a condição juvenil no mercado de trabalho acabaram por se constituir em campos de pesquisa apartados, salvo raros estudos que buscaram evidenciar a participação juvenil em experiências de geração de trabalho e renda como a economia solidária e o trabalho associado (Fischer et al., 2013). Nessa perspectiva, aproximar esses dois campos constitui-se significativo desafio, tanto para o campo dos estudos sobre juventude, trabalho e ação coletiva, quanto para a compreensão da atual crise sanitária, econômica, social e política, marcada pela pandemia do novo coronavírus. O momento parece significativo, dado que algumas iniciativas solidárias de geração de trabalho e renda tornam-se mais visíveis (Melucci, 2001) ^[1].

O presente artigo apresenta os resultados iniciais de pesquisa realizada com jovens que buscam enfrentar os desafios da geração de trabalho e renda em regiões periféricas da cidade de São Paulo, em meio ao recrudescimento da oferta de empregos formais e no contexto da pandemia do novo coronavírus ^[2]. A pesquisa, de caráter mais amplo, aplicou questionários e realizou entrevistas junto a 160 jovens que buscam encontrar alternativas de geração de trabalho e renda, mas será aqui focalizada uma parte desse universo, considerando as experiências de jovens engajados em coletivos.

O texto está dividido em três partes, para além dessa introdução e das considerações finais. Na primeira parte, apresenta-se um breve panorama da situação juvenil no mercado de trabalho, em especial no município de São Paulo, além do diálogo com alguns estudos sobre engajamento e ação coletiva de jovens. Na segunda parte, apresenta-se um breve perfil dos jovens integrantes de coletivos diversos, que buscam encontrar saídas para a geração de trabalho e renda. Por fim, evidenciam-se os sentidos que atribuem ao trabalho, e os desafios vividos diante da atual crise sanitária, econômica e política, bem como possibilidades de outros modos de engajamento na demanda por esse direito.

JOVENS, TRABALHO E ENGAJAMENTO EM CONTEXTO DE CRISE

Já se tornou consensual, na literatura sobre juventude em nosso país, a relevância do trabalho nas trajetórias juvenis. Embora em determinados contextos essa fase da vida seja marcada pelo estudo antes da inserção no mercado de trabalho, no Brasil pode-se dizer que “o trabalho também faz juventude” (Sposito, 2005, p. 124), já que muitos jovens brasileiros experienciam esse momento da vida inseridos no mundo do trabalho, ou combinando-o com os estudos. Mas a presença ou não do trabalho e sua combinação com os estudos nas trajetórias juvenis varia, especialmente em países marcados por desigualdades (Corrochano, 2012).

No Brasil, não foram poucas as transformações vividas pelas gerações jovens. Em termos de trabalho e renda, educação e acesso às tecnologias de informação e comunicação, os jovens presenciaram, em duas décadas, significativos avanços e logo uma expressiva reversão dessa trajetória desde a crise econômica e institucional iniciada em 2015. E mesmo nos momentos em que melhorias puderam ser observadas, persistiram padrões elevados de desigualdade que incidem de maneira significativa sobre os jovens,

considerando níveis de renda, gênero, cor/ raça e local de moradia, ao lado de índices crescentes de violência (Guimarães et al., 2020).

Alguns dados são reveladores da piora significativa da inserção juvenil no mercado de trabalho, configurada desde antes da crise deflagrada pela pandemia, em função do aumento das taxas de desemprego, mas também da maior precariedade no trabalho, como evidenciam os indicadores de informalidade^[3] e remuneração.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua, a taxa de desocupação de jovens entre 15 e 29 anos passou de 13,4% em 2012 para 22,2% em 2019, em escala nacional. No município de São Paulo, locus de realização de nosso estudo de campo, esse percentual passou de 12,4% para 25,5% no mesmo período. Esse número é ainda maior entre os jovens de 15 a 17 anos, cuja taxa de desocupação subiu de 29,2% para 62,4%, o que deverá provocar reversão na tendência que vinha se apresentando, de maior presença de adolescentes, inclusive das camadas populares, dentro da escola e fora do trabalho (Sposito et al., 2018).

Por seu turno, a informalidade aumentou em nível nacional: em 2019, eram 49,2% de jovens entre 15 e 29 anos na informalidade, contra 43,8% em 2012. No município de São Paulo, a informalidade é menor, mas expressiva, tendo passado de 27,3% para 37,9% no mesmo período. Também desde 2014 a remuneração do trabalho vem gradativamente diminuindo entre os jovens, sobretudo no município de São Paulo, com uma queda de 15,4% no rendimento médio real habitual entre 2014 e 2019. As quedas na remuneração média entre os jovens de 15 a 29 anos, empregados do setor privado com carteira assinada, ficaram em torno de 5% em nível nacional e 7% em São Paulo, no mesmo período.

Mas se as taxas de desemprego e informalidade são sempre mais elevadas entre jovens quando comparadas aos adultos, em períodos recessivos esses sujeitos são atingidos de maneira mais intensa, produzindo efeitos para além das conjunturas de crise (Corseuil & Franca, 2020). Não por acaso, o termo “geração lockdown”, a despeito das controvérsias que suscita, ganhou espaço no atual contexto (International Labour Organization [ILO], 2020). Ainda que a análise do mercado de trabalho, especialmente no contexto da Covid-19, exija um olhar para “o antes e o depois”, evitando apenas fotografias instantâneas (Bridi, 2020), alguns dados atuais são importantes.

Carvalho e Nogueira (2020) demonstram que os efeitos da pandemia no Brasil foram ainda mais agudos para os trabalhadores sem carteira assinada, e para os trabalhadores por conta própria. Entre os jovens, Corseuil e Franca (2020) evidenciam a maior queda da participação juvenil no mercado de trabalho desde 2012, quando teve início a coleta pela Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar Contínua (PNADC). Os autores assinalam que ao longo de 2020 ocorreu um aumento expressivo dos jovens em inatividade por desalento, especialmente entre as jovens mulheres, levando à desistência na procura por trabalho (Corseuil & Franca, 2020).

A expressiva piora da situação dos trabalhadores por conta própria também contribui para problematizar o empreendedorismo como saída estruturante para a crise da sociedade salarial, ao mesmo tempo em que se torna relevante o olhar para seus sentidos entre os próprios segmentos juvenis. Estudos recentes com jovens empreendedores individuais evidenciam as tensões e os conflitos que emergem nessas experiências: se alguns relatos juvenis destacam a possibilidade de “trabalhar no que gosta” ou de “trabalhar sem patrão”, as inúmeras dificuldades a que estão sujeitos também são cristalinas: fortes restrições financeiras, concorrência, dificuldade de acesso à informação, jornadas extenuantes e a responsabilização individual por seus fracassos, no contexto das novas configurações do trabalho e do capital (Dardot & Laval, 2012; Tommasi, 2016).

Se há alguns anos o empreendedorismo ganha espaço como alternativa econômica, em especial para jovens, é preciso evidenciar os esforços em torno de propostas coletivistas de geração de trabalho e renda. O próprio Estatuto da Juventude, ao reconhecer o direito à profissionalização, ao trabalho decente e à renda das jovens gerações, preconiza entre as ações do poder público a “promoção de formas coletivas de organização para o trabalho, de redes de economia solidária e da livre associação” (Brasil, 2013, artigo 15, inciso I).

A partir de 2003, experiências de economia solidária, assumindo diferentes formatos, como cooperativas, associações de produtores, grupos informais ou organizações de consumo, passam a ter forte inserção na

agenda governamental, incluindo a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária, com dotação orçamentária própria e um amplo conjunto de programas em todo o País. No atual contexto, o tema desaparece da agenda federal, mas segue presente em iniciativas de estados e municípios, com programas de fomento a essa estratégia de geração de trabalho e renda (Silva et al., 2020).

No que diz respeito à participação juvenil em experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Brasil, vale destacar a análise de Fischer et al. (2013) identificando grupos em diferentes estados e contemplando setores como cultura, comunicação, tecnologia e produção de alimentos, dentre outros. As autoras ressaltam o quanto os empreendimentos representavam para os jovens “não apenas uma alternativa econômica, mas também uma alternativa política para fazer frente à lógica do capital” (Fischer et al., 2013, p.72).

Buscando dar visibilidade a experiências mais coletivas de geração de trabalho e renda, iniciamos nosso trabalho de campo no município de São Paulo com intuito de encontrar cooperativas, associações e grupos informais de jovens orientados a gerar trabalho e renda de maneira coletiva, ainda que não necessariamente sob o conceito de economia solidária. O diálogo com diferentes atores revelou a quase inexistência de experiências dessa natureza no município de São Paulo, ao contrário da difusão de iniciativas de apoio ao empreendedorismo juvenil (Tommasi & Corrochano, 2020). No entanto, chamou a atenção um significativo conjunto de coletivos juvenis que buscava encontrar formas de gerar trabalho e renda para seus membros, tendo o engajamento político também como marca. Trata-se aqui de apresentar seu perfil, apontando suas estratégias de engajamento político e geração de trabalho e renda, em contexto de profundo retrocesso econômico, social e institucional. Essa compreensão também passa pela reflexão sobre o engajamento juvenil, e mais particularmente, algumas de suas tendências no município de São Paulo.

As novas configurações dos ativismos, movimentos sociais e formas de engajamento político não podem ser dissociadas de profundas mutações nas sociedades contemporâneas (Melucci, 2001; Bringel & Sposito, 2020). Isto não significa que o engajamento de jovens em partidos políticos e sindicatos deixe de existir, bem como a ausência de reconhecimento do Estado e das políticas públicas como instrumentos para a garantia da promoção da qualidade de vida e segurança, como evidenciam várias análises (Brenner, 2018; Tomizaki & Daniliauskas, 2018); mas há, cada vez mais, tanto um reconhecimento das transformações de formas e espaços de engajamento (Ion, 2012), quanto de uma participação desconfiada em instâncias mais tradicionais (Martuccelli, 2015). Na perspectiva de Ion (2012), o que importa não é quantificar se hoje os jovens estão mais ou menos engajados: a própria definição de engajamento no espaço público está em questão.

Além da preferência por formas de atuação menos hierarquizadas e mais diretas, algumas pesquisas também evidenciam que jovens brasileiros se identificam pouco com canais institucionais e partidos políticos (Souto, 2016). A resistência aos espaços mais tradicionais de participação política também resulta da reprodução que esses espaços têm da lógica do sistema político institucional e da pouca permeabilidade a novas táticas, temas e problemas sociais que afetam mais intensamente a juventude.

Considerando que essas alterações também se conectam aos territórios e territorialidades (Bringel & Sposito, 2020), nas periferias de São Paulo algumas análises têm chamado atenção para mudanças nos modos de atuação política. Na contramão do senso comum generalizado que criminaliza ou mesmo vitimiza o sujeito periférico (D’Andrea, 2020), surge um novo processo de engajamento social e novas estratégias de atuação política (Feltran, 2010).

Estudo de Aderaldo (2017) realizado com coletivos juvenis no campo do audiovisual chamou a atenção para essa transformação, observando o surgimento de iniciativas que transformam o cotidiano da periferia, contribuindo para romper com o senso comum que considera a juventude pauperizada em um lugar de vulnerabilidade, incapaz de respostas e de autonomia, marginalizada e apolítica. Os jovens presentes em coletivos estão distantes das imagens de “jovens vulneráveis, “excluídos” ou dos “jovens de projeto”: são pessoas com acúmulo expressivo de experiências profissionais e educativas, além de capacidade reflexiva. A importância do território nos processos de atuação cultural e política de jovens nas periferias é ressaltada por

Maia (2014). Várias ações começam no bairro, que representa a dimensão mais familiar, mais próxima e onde se conhece os problemas vividos. Desse modo, a localidade se apresenta como uma das principais motivações para a militância de grupos mais novos.

Ainda que os coletivos aqui analisados não estejam apenas no campo da cultura e da arte, é preciso destacar sua importância nos coletivos de jovens das periferias dos grandes centros urbanos brasileiros como São Paulo, que surgem e se proliferam, divulgando a cultura popular a partir de expressões, como saraus em praça pública, teatro de rua, grafitti, música e dança. A lógica da divisão do trabalho da sociedade contemporânea é subvertida ao se unir arte, cultura, política e trabalho em uma mesma prática, buscando aliar prazer, conscientização e renda (Maia, 2014; Raimundo, 2017).

CAMINHOS DA PESQUISA E PERFIL DOS INTERLOCUTORES

A análise ora apresentada baseou-se na realização de entrevistas junto a 34 jovens que atuavam em coletivos nas periferias leste e sul do município de São Paulo, ao longo de 2020. O encontro com esses jovens aconteceu inicialmente por indicação de organizações e movimentos locais, prosseguindo pela técnica da bola de neve (Atkinson & Flint, 2001), na identificação de jovens envolvidos em coletivos, cooperativas ou associações, com ou sem formalização jurídica, mas que gerassem algum tipo de trabalho e renda.

Logo no início do trabalho de campo foi decretada a quarentena no Estado de São Paulo para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 (São Paulo, 2020), impedindo sua realização presencial. Foi necessário mobilizar um conjunto de estratégias metodológicas para o trabalho de forma remota. A participação e o apoio de jovens dos próprios locais onde o estudo estava se realizando já eram previstos, considerando a metodologia de pesquisa entre pares (Philliber, 1999), mas tornaram-se fundamentais, dadas as alterações do contexto. As entrevistas, de caráter compreensivo (Kauffman, 1996), realizaram-se de forma remota, pela plataforma do *google meet*, mas eram sempre antecedidas por contatos telefônicos para identificação de equipamentos e dispositivos disponíveis. Quando preciso, foram fornecidos ou acionadas entidades locais para empréstimo de computador e/ou conexão. A análise foi realizada por meio de procedimento indutivo.

Os interlocutores da pesquisa estão engajados em coletivos ou “coletivas”^[4] nos campos da arte e cultura, produção audiovisual, comunicação e mídia, alimentação, moda, agricultura familiar e esportes náuticos que, de diferentes modos, resultam em trabalho e renda para seus participantes. Ainda que o campo da cultura seja predominante, reiterando a importância dessa dimensão para as ações coletivas juvenis (Almeida, 2009; Tommasi, 2018), outras áreas parecem emergir, mobilizando tanto a ação política, quanto estratégias de sobrevivência dos participantes e de seus coletivos.

Em termos etários, tinham entre 16 e 29 anos, aproximando-se ao que se reconhece como juventude no país. O diálogo se estabeleceu com um maior número de jovens que se identificaram com o gênero feminino (19), em relação aos identificados com o gênero masculino (13), e os não binários (2); também prevaleceu o grupo de 25 jovens autodeclarados negros, contra 9 brancos, destacando-se a presença significativa de 14 jovens mulheres e negras.

Como evidenciado em outros estudos realizados em regiões que concentram populações marginalizadas econômica, racial e socialmente, todos identificavam-se como periféricos ou periféricas (Nascimento, 2011; D’Andrea, 2020) e a preocupação com a “periferia”, o local onde “habitavam seus corpos”, foi central em seus relatos. Como indicador relevante de sua situação socioeconômica, vale dizer que boa parte acessou o auxílio emergencial no contexto da pandemia.

Para a maior parte dos jovens entrevistados, a geração de trabalho e renda não estava presente como uma das motivações iniciais para a organização em coletivos, mas ganha relevância na medida em que conseguem acesso a editais de apoio e aprofunda-se a crise no mercado de trabalho. Os relatos deixam entrever que

passam a se organizar por meio de ações realizadas no bairro, na escola ou pela participação em projeto social. Nesse último caso, alguns entrevistados se reconheceram como “jovens de projetos” (Novaes, 2006), tanto valorizando, quanto tecendo críticas a organizações que iniciavam diferentes cursos e ações, mas não ofereciam suporte para sua continuidade. A participação em debates e ações em torno do combate ao racismo, valorização da negritude, denúncia do machismo e sexismo, demandas e direitos da população LGBTQ+, também contribuíram para a constituição de alguns coletivos, onde a interseccionalidade é valorizada, como observado por Facchini et al. (2020). Ainda que as formas de organização fossem múltiplas, à semelhança do que diferentes análises têm observado entre grupos e movimentos juvenis, a busca pela ação direta, pela horizontalidade, pela realização de rodas de conversa e diálogo entre pares, bem como o rechaço à constituição de lideranças, se mostram presentes (Bringel & Sposito, 2020; Silva, 2018).

Considerando a expansão dos níveis de escolarização no Brasil, a despeito dos persistentes desafios, 22 jovens haviam concluído o ensino médio, e 8 o ensino superior, dentre os entrevistados. Apenas 4 jovens não haviam completado o nível médio, 2 deles tendo abandonado a escola em função das dificuldades de acesso no contexto da pandemia. Entre aqueles que ainda estudavam, 2 jovens estavam concluindo o ensino médio, e 4 o ensino superior.

A importância e presença do trabalho na vida dos jovens brasileiros também foi corroborada pela pesquisa. Todos viviam o tempo presente desafiados pela necessidade de trabalhar para sustentar-se ou apoiar suas famílias, o que se intensificou com a crise econômica. Ainda que o desejo de ganhar a vida apenas com o trabalho realizado no coletivo tenha sido mencionado por todos, poucos conseguem viver apenas das ações realizadas pelo coletivo. Como afirmou um dos jovens, “aqui na periferia somos multi, fazemos multi coisas para conseguir sobreviver”.

Os “bicos”, “tramos”, “freelas” e “corres” marcavam seu cotidiano, corroborando estudos sobre as especificidades do trabalho juvenil e do próprio mercado de trabalho brasileiro, onde a viração é a norma (Guimarães et al., 2009), na ausência de mecanismos mais sólidos de seguridade social. Apenas duas jovens tinham emprego formal no momento da pesquisa, enquanto a construção de múltiplas estratégias para viver do trabalho realizado em seus coletivos emerge articulada a um forte engajamento para alterar a realidade presente e também futura das periferias, evidenciando forte preocupação com as próximas gerações.

SENTIDOS DO TRABALHO, DESAFIOS E ENGAJAMENTO

Se o trabalho e os direitos trabalhistas recebem forte ataque do sistema político institucionalizado, pode-se dizer que os jovens interlocutores de nosso estudo, à semelhança do já observado em outras pesquisas – tanto no Brasil, quanto em outros países (Ferreira 2017; Corrochano et al., 2019; Tommasi, 2018) – têm produzido profundos questionamentos em relação aos postos de trabalho tradicionalmente reservados a eles, marcados pela precariedade, baixos salários, jornadas que dificultam a realização de outras atividades e, sobretudo, a ausência de um trabalho com sentido e reconhecimento. Os relatos de Lia, 24 anos^[5], e de Iara, 29 anos, evidenciam esses questionamentos, realizados a partir de suas próprias experiências anteriores de trabalho. Ambas deixaram suas primeiras ocupações em busca de trabalhos que lhes permitissem maior realização pessoal e “qualidade de vida”:

Em 2017, eu tive um período muito duro porque eu trabalhava numa empresa onde eu entrei em uma função e tive que ir assumindo outras, ficava super carregada e em um trabalho sem sentido, trabalhava longe, estudava na época e não tinha qualidade de vida. Aquilo foi me sugando de uma tal forma que eu falei: “mano, eu vou pirar”. Eu comeci a perceber que aquilo estava me fazendo muito mal e decidi sair. Logo encontrei esse grupo no meu bairro, com projeto de democratizar acesso ao esporte náutico, fui participando do coletivo e nunca mais saí. A gente conseguiu ganhar editais e com isso geramos alguma renda. Mas é assim, às vezes eu ganho bem, às vezes não ganho, mas eu disse para minha mãe: eu não consigo mais trabalhar em empresa privada. Eu quero qualidade de vida. (Lia, Coletivo de esportes náuticos).

Eu trabalhava em empregos formais antes. Trabalhei em telemarketing, essas coisas assim, que estão mais disponíveis para jovens, mas sempre fui envolvida com as coisas culturais. E a partir disso, em 2018, decidi sair do telemarketing, e me vi dentro da necessidade e da possibilidade de investir em algo que eu gostava, o que eu queria fazer. Eu não queria voltar para aquele tipo de trabalho. (Iara, Coletivo cultural)

Ao mesmo tempo, e especialmente entre jovens que não podiam contar com algum tipo de apoio financeiro de suas famílias e diante da ausência de suportes públicos, a permanência ou o retorno ao mercado de trabalho se impunha, podendo comprometer a própria existência do coletivo. Outros, ainda que conseguissem escapar das ocupações mais comuns que lhes são destinadas no mercado formal, destacavam a necessidade de buscar alternativas adicionais de geração de renda, dadas às dificuldades de sustentação do grupo.

Eu vou ter que ser atendente de telemarketing. Eu vou ser. Eu preciso de dinheiro. E teve um ano que eu falei assim: “eu vou ser qualquer coisa”. Eu vou ser tudo, mas eu preciso pagar minha conta. Então é um pouco isso que pode fazer com que artistas deixem os coletivos ou deixem de ser artistas. É por falta de recurso mesmo. (Mara, 21 anos, coletivo de teatro)

A gente não pode viver só com isso. Então, hoje, o meu coletivo a gente não consegue viver só da nossa arte, do nosso trabalho nesse trabalho que a gente faz juntos. A gente precisa ter outras mil coisas para fazer, pra poder pagar nossas contas. Então falta acesso a informações, falta apoio para chegar a editais, para ter mais acesso a financiamentos, tanto públicos, quanto privados. (Fábio, 25 anos, Coletivo de audiovisual)

Seja entre os que estavam conseguindo ganhar a vida por meio das atividades do coletivo, seja entre os que tinham necessidade de combiná-las a uma inserção no mercado ou à realização de algum empreendimento individual, a crítica ao assalariamento formal, e especialmente às ocupações que lhes eram destinadas, não significava a desvalorização dos direitos associados ao trabalho, tais como licença médica, férias remuneradas, seguro-desemprego, descanso semanal, para além da garantia de renda. O contexto da pandemia acirrou a percepção do quanto encontravam-se desprotegidos.

Ao lado da busca por um trabalho com sentido, mas também com direitos, os jovens aqui investigados tentam construir, não apenas individualmente, mas coletivamente, estratégias para que consigam outros modos de ganhar a vida. Apesar da expressiva difusão do empreendedorismo como saída para o desemprego juvenil (Tommasi & Corrochano, 2020), foi possível observar a persistência de experiências que valorizam o caráter mais coletivo de geração de trabalho e renda, inclusive na perspectiva da economia solidária.

É o caso de Júlio, 28 anos, que trabalha como educador em um Centro para Crianças e Adolescentes, e ao mesmo tempo participa, desde 2015, de uma iniciativa solidária no campo da agroecologia no bairro do Grajaú, além de estar engajado em uma rede de jovens em economia solidária:

Desde muito cedo me envolvi com geração de trabalho e renda, com economia solidária e ao mesmo tempo a gente também tenta engajar outros jovens nisso por aqui, fortalecer a rede. E uma das nossas pautas é também democratizar a alimentação saudável na periferia, porque tá tudo relacionado. (Júlio, Coletivo de permacultura e agroecologia)

Muito embora a economia solidária não seja a perspectiva predominante, e que a maior parte dos coletivos não se reconheça ou não assuma a forma jurídica de uma cooperativa, associação ou um empreendimento de autogestão, vários trazem em seu modo de organização e funcionamento os princípios do trabalho associado, como a autogestão, a definição coletiva das atividades e responsabilidades de cada um, os ritmos e intensidade do trabalho, a partilha dos resultados. A busca para que todos se apropriem do trabalho a ser realizado inclui o aprendizado coletivo das diferentes atividades de gestão, como redação de projetos, elaboração de planilhas, prestação de contas, estratégias de comunicação. Em muitos casos, aqueles que tiveram determinadas experiências de trabalho ou acessaram o ensino superior partilham conteúdos e ferramentas específicas, em uma troca permanente de saberes. Para além da valorização de iniciativas coletivas, a demanda pela geração de trabalho e renda em seus locais de moradia também emergiu com força.

As dificuldades desses coletivos não são pequenas. Especialmente entre os coletivos de cultura, os recursos são escassos, boa parte deles advindos de editais públicos, como o VAI e a Lei de Fomento à Periferia^[6], mais citados entre eles. Especificamente em relação a esses editais, cabe dizer que, embora não estabeleçam

como objetivos a geração de trabalho e renda, mas sim o fortalecimento de iniciativas culturais, acabam por se constituírem dentre as raras possibilidades coletivas de geração de trabalho e renda. Cabe reiterar que em nível nacional, mais especialmente no município de São Paulo, predominam iniciativas de apoio ao empreendedorismo individual no campo das políticas de geração de trabalho e renda.

O contexto da pandemia do novo coronavírus acirrou as dificuldades. Todos declararam uma perda significativa de recursos, individual ou coletivamente, ao lado da necessidade de adaptações do trabalho para o modo remoto, o que implicou em gastos com equipamentos e conexão, em “investimento que você tem que ter sem ter”, como bem expressou Aline, 29 anos, que participava de um coletivo de arte circense:

Todos os trabalhos foram cancelados. Veio pandemia, então todos os trabalhos começaram a cair um atrás do outro assim. Foi meio desesperador. A gente não tinha nada garantido. E o nosso espetáculo, a gente teve que transformar para o online para entrar dentro dos editais. Então alterou um monte, né? Sem contar o investimento que a gente tem que fazer sem ter, né? Porque agora a gente tem que comprar uma câmera, porque senão a imagem sai horrível, tem que comprar um microfone, porque senão ninguém te escuta, tem que aumentar a internet. (Aline, Coletivo de arte circense)

Aqueles que tinham recursos oriundos de editais anteriores e os que conseguiram acessar editais específicos para o contexto puderam dar continuidade às suas atividades e à geração de renda para o coletivo, mas não sem dificuldades. O relato de Júlia, 26 anos, e integrante de um coletivo de teatro que conseguiu apoio de dois editais, é emblemático dos desafios da continuidade do trabalho de forma remota em contextos periféricos.

Aqui na periferia tudo é compartilhado, né? Até os barulhos são compartilhados, as problemáticas dos vizinhos são compartilhadas. Então é assim também um panorama periférico de como as pessoas se relacionam. É um ato também de conseguir resistir, de conseguir sobreviver ajudando o outro e também sendo ajudado [...] Mas como trabalhar na própria casa? Porque não existe internet fibra aqui, não existe, não existe privacidade, não existe o privilégio de ter silêncio. (Júlia, Coletivo de teatro)

Mais fortemente entre as jovens mulheres, mas também entre alguns rapazes, o aumento do trabalho doméstico e a necessidade de cuidados com outros membros da família foram relevantes.

É bem difícil, né?! Porque, tipo, além do trabalho no meu coletivo, tem também outros grupos que eu participo, às vezes a gente pira, assim, é muito difícil. Às vezes, tô limpando a casa e tô cuidando dos meus irmãos e o fone aqui na reunião. Sabe?! Tipo, eu cuido da minha avó também, que ela está de cadeira de rodas nesse momento. Então, às vezes alguma coisa fica de lado. Ou é a limpeza que fica de lado, ou é uma reunião que eu não consigo estar. (Samara, 21 anos, Coletivo de Comunicação)

Ao mesmo tempo, muitas reinvenções foram possíveis, tais como a produção coletiva de documentários, a criação de podcasts, o campeonato virtual de jogos, as feiras virtuais, dentre outras. Para alguns coletivos, como os de comunicação, a quantidade de trabalho se multiplicou não apenas em função do aumento da demanda pelo trabalho remoto, mas também pela necessidade de disseminar informações sobre a pandemia nas periferias, dadas às profundas desigualdades, como reconhece Rita.

A gente que trabalha com comunicação na periferia... nosso trabalho aumentou, porque a gente sabia quem ia se prejudicar mais com a pandemia! E esse não estava sendo um grupo assistido pela grande mídia. Então, a gente sabia que precisava desenvolver mais informações, mais do que a nossa frequência pra tentar meio que correr contra o tempo e evitar grandes tragédias. (Rita, Coletivo de Comunicação)

A busca pela construção de redes de apoio e solidariedade, já presentes antes da pandemia, tornou-se mais evidente. Quase todos os coletivos engajaram-se em ações solidárias, realizando ou apoiando campanhas de distribuição de alimentos, máscaras, produtos de higiene e limpeza, considerando o agravamento da situação de vida e de trabalho dos moradores das periferias, o que de resto também foi evidenciado em outros contextos (Bringel & Pleyers, 2020). Ao mesmo tempo, fortaleceu-se a construção de redes de apoio entre os próprios coletivos: “O importante é correr junto, mesmo que distante”; a fala de Cristiane, 24 anos, que atuava em um coletivo de produção audiovisual, sintetiza o que vários desses jovens expressaram. O distanciamento social necessário, embora nem sempre possível nas periferias, não impediu a realização de ações conjuntas: “a gente,

mesmo de longe, se fortaleceu, tanto em questões emocionais, quanto também em conseguir outras formas de renda e de apoio para nosso trabalho e o trabalho dos nossos”.

O que a gente foi fazer? A gente foi conversar. Então, a gente chamou o coletivo, os outros grupos pra gente ouvir. Cara, se a gente não tecer redes agora, a gente não vai sobreviver! Então, começamos a dialogar com várias coletivas, vários artistas pra gente tecer essa rede, se fortalecer. (Maira, coletivo de teatro)

A partir de seus coletivos, esses jovens têm conquistado o sentimento de pertencimento ao território. Não é à toa que decidem trabalhar e atuar em seus próprios locais de moradia. Como relatou Daniel, 27 anos, “esse sentimento é um processo e não é dado”. Esse estar, trabalhar, viver no mesmo lugar fortalece a percepção de querer ficar e melhorar onde se está. As iniciativas, que muitas vezes são apenas locais, se expandem e conhecem outras experiências. São jovens de bairros diferentes conhecendo outros jovens que vivem as mesmas dificuldades, mas que têm também perspectivas semelhantes de trabalho e renda. Mais uma vez, também emerge a necessidade de constituição de redes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que não se possa estabelecer relações lineares entre as conjunturas econômico-políticas e as capacidades de ação social, não é possível dissociar esses processos da ampliação das formas de ação coletiva e de protesto político que emergem na sociedade brasileira, especialmente a partir de junho de 2013 (Sposito et al., 2020). Os jovens tiveram participação ativa naquele momento, como foram protagonistas nas ocupações de escolas e de equipamentos públicos em todo o país, contra a reforma educacional no estado de São Paulo, contra a Reforma do Ensino Médio e contra os cortes nos orçamentos da educação, saúde e assistência social. Se transformações puderam ser observadas nos mais diferentes campos, provocando variadas formas de ação coletiva e protesto político, poder-se-ia indagar se e como as transformações no mundo do trabalho foram enfrentadas e tematizadas pelos jovens mais recentemente.

O menor engajamento político em formatos mais institucionalizados pode significar um alerta sobre o descompasso entre o que os jovens estão dizendo e a capacidade de escuta das instituições mais tradicionais. O fato de os coletivos aqui investigados não empunharem bandeiras pelo trabalho ou contra a precarização das relações trabalhistas não significa que as demandas pelo trabalho digno e por direitos do trabalho não estejam em seu horizonte. Ao transformarem as políticas culturais em políticas de emprego, tornam explícito que trabalho, renda e qualidade de vida são fundamentais.

A partir dos resultados iniciais da pesquisa ora relatada, nos parece evidente não apenas a importância do trabalho nas trajetórias desses jovens e de muitos outros jovens das camadas populares, mas também um forte engajamento na busca por outro tipo de trabalho, por formas mais coletivas de geração de trabalho e renda, e pelo fortalecimento de redes de apoio e solidariedade, intensificadas no contexto da pandemia do novo coronavírus.

Ainda que a busca por saídas individuais, especialmente no campo do trabalho, ganhe força tanto no campo das iniciativas (e da ausência de iniciativas) governamentais, quanto das iniciativas societárias, parte dos jovens tem proposto a construção de saídas coletivas e com mais significado. Cabe, no entanto, se perguntar se diante de um aprofundamento ainda maior da crise econômica, sanitária, social e política, essas experiências conseguirão seguir “remando contra a maré” e, quiçá, fortalecendo as lutas coletivas contra a precariedade que assola o mundo do trabalho.

Por fim, uma compreensão mais profunda e complexa dos entraves e das possibilidades nesse campo também dependerá das conexões entre os estudos do trabalho, da juventude, da ação coletiva e do engajamento político, bem como da ampliação do diálogo do campo da educação com outras áreas do conhecimento. A atual conjuntura e a temática em questão se mostram profícuas para isso.

REFERÊNCIAS

- Abílio, L. C. (2020). Uberização e Juventude Periférica: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos estudos CEBRAP*, 39(3), 579-597. <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030008>
- Aderaldo, G. (2017). Linguagem audiovisual e insurgências populares: Reconstituindo uma experiência associativa entre jovens vídeo-ativistas nas “periferias” paulistanas. *Iluminuras*, 18(44), 74-101. <https://doi.org/10.22456/1984-1191.75734>
- Almeida, E. D. (2009). Os estudos sobre grupos juvenis: presenças e ausências. Em M. P. Sposito. *O Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)* (pp.121-174). Argvmentvm.
- Atkinson, R., & Flint, J. (2001). Accessing hidden and hard-to-reach populations: Snowball research strategies. *Social research update*, 33(1), 1-4. <https://sru.soc.surrey.ac.uk/SRU33.PDF>
- Brasil. (2013). *Lei 12.852 de 5 agosto de 2013 .Estatuto da Juventude*. Presidência da República. Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm
- Brenner, A. K. (2018). Do potencial à ação: o engajamento de jovens em partidos políticos. *Pro-Posições*, 29(1), 239–266. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0120>
- Bridi, M. P. (2020). A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. *Estudos Avançados*, 34(100), 141-165. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.010>
- Bringel, B. (2017). Crisis política y polarización en Brasil: De las protestas de 2013 al golpe de 2016. Em B. Bringel, & G. Pleyers. *Protesta e indignación global. Los movimientos sociales en el nuevo orden mundial* (pp.141-155). Clacso. http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20171204044413/Protesta_e_indignacion_global.pdf
- Bringel, B., & Pleyers, G. (2020). *Alerta Global. Políticas, movimientos sociales y futuros en disputa en tiempos de pandemia*. Clacso. <https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2020/08/Alerta-global.pdf>
- Bringel, B., & Sposito, M. P. (2020). Apresentação do Dossiê. *Educação & Sociedade*, 41 (e238520), 1-9. <https://doi.org/10.1590/es.238520>
- Carvalho, S. S. D., & Nogueira, M. O. (2020). O Trabalho precário e a pandemia: os grupos de risco na economia do trabalho. *Boletim Mercado de Trabalho*, 26(70), 50-68. <http://doi.org/10.38116/bmt70/nta2>
- Corrochano, M. C. & Freitas, M. V. (2016). Trabalho e condição juvenil: permanências, mudanças, desafios. Em R. Novaes, G. Venturi, E. Ribeiro, & D. Pinheiro (Orgs). *Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças* (pp. 155-175). Unirio.
- Corrochano, M. C. (2012). *O trabalho e a sua ausência: narrativas juvenis na metrópole*. Annablume; Fapesp.
- Corrochano, M. C., Abramo, H., & Souza, R. (2019). Jovens ativistas das periferias: experiências e aspirações sobre o mundo do trabalho. *Trabalho Necessário*, 17 (33), 162-186. <https://doi.org/10.22409/tn.17i33.p29373>
- Corseuil, C. H. L., & Franca, M. (2020). Inserção dos jovens no mercado de trabalho em tempos de crise. *Boletim Mercado de Trabalho*, 26(70), 93-104. <http://doi.org/10.38116/bmt70/dossia1>
- D’Andrea, T. (2020). Contribuições para a Definição dos Conceitos Periferia e Sujeitas e Sujeitos Periféricos. *Novos estudos CEBRAP*, 39(1), 19-36. <http://doi.org/10.25091/s01013300202000010005>
- Dardot, P., & Laval, C. (2012). *A nova razão do mundo*. Boitempo editorial.
- Facchini, R., Carmo, Í. N., & Lima, S. P. (2020). Movimentos Feminista, Negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. *Educação & Sociedade*, 41(e230408), 1-23. <https://doi.org/10.1590/es.230408>
- Feltran, G. (2010). Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. *Revista de antropologia*, 53(2), 1-46. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2010.37711>
- Ferreira, V. S. (2017). Ser DJ não é só Soltar o Play: a pedagogização de uma nova profissão de sonho. *Educação & Realidade*, 42(2), 473-494. <https://doi.org/10.1590/2175-623664318>
- Ferreira, V., Lobo, M. C., Rowland, J., & Sanches, E. (2017). *Geração milênio? Um retrato social e político*. Instituto de Ciências Sociais.

- Fischer, M. C. B., Pereira, A., & Tiriba, L. (2013). Juventude, associativismo e economia solidária: “não é por centavos, é por direitos”. *Boletim Mercado de trabalho*, 1(55), 69-76. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3831>
- Gohn, M. da G. (2013). Os jovens e as praças dos indignados: territórios de cidadania. *Revista Brasileira de Sociologia*, 1(2), 205-222. <http://doi.org/10.20336/rbs.48>
- Grosso, L. A. (2018). O novo ciclo de ações coletivas juvenis no Brasil. Em A. A. F. Costa, & L. A. Grosso (Orgs). *O movimento de ocupações estudantis no Brasil* (pp. 85-119). Pedro e João editores.
- Guimarães, N. A. (2005). Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil. Em H. W. Abramo, & P. P. M. Branco. *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional* (pp. 149-174). Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo.
- Guimarães, N. A., Brito, M. M., & Comin, A. A. (2020). Trajetórias e transições entre jovens brasileiros: pode a expansão eludir as desigualdades? *Novos estudos CEBRAP*, 39(3), 475-498. <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030002>
- Guimarães, N. A., Hirata, H., Sugita, K., & Saito, C. (2009). Trabalho flexível, empregos precários? Reflexões à guisa de introdução. *Trabalho flexível, empregos precários? Uma comparação Brasil, França, Japão* (pp. 9-24). Edusp.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2020). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=2758&t=sobre>
- International Labour Organization (ILO). (2020). *Youth and COVID-19: impacts on jobs, education, rights and mental well-being: survey report 2020*. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_753026.pdf
- Ion, J. (2012). *S'engager dans une société d'individus*. Armand Collins.
- Kauffman, J. C. (1996). *L'entretien compréhensif*. Nathan.
- Maia, H. M. (2014). *Grupos, redes e manifestações: a emergência dos agrupamentos juvenis nas periferias de São Paulo*. [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório Institucional da PUC-SP. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3579>
- Maricato, E. (2013). É a questão urbana, estúpido. Em E. Maricato. *Cidades Rebeldes*. (pp. 19-27). Boitempo.
- Martuccelli, D. (2015). La partecipazione com riserva: al di qua del tema della critica. *Quaderni di Teoria Sociale*. 1(1), 11-34. https://www.morlacchilibri.com/universitypress/allegati/QTS_1_2015.pdf#page=11
- Melucci, A. (2001). *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Vozes.
- Nascimento, É. P. D. (2011). *É tudo nosso! Produção cultural na periferia paulistana* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Repositório Digital da USP. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-12112012-092647/publico/2011_EricaPecanhaDoNascimento_VCorr.pdf
- Novaes, R. (2006). Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. Em M. I. M. Almeida. *Culturas jovens: novos mapas do afeto* (pp. 105-120). Jorge Zahar.
- Peregrino, M., Pinheiro, D., & Souza, L. C. (2018). Engajamento, educação e trabalho: demandas da juventude no Brasil. *Revista de Ciencias Sociales*, 31(42), 127-150. <https://doi.org/10.26489/rvs.v31i42.6>
- Philliber, S. (1999). In search of peer power: A review of research on peer-based interventions for teens. Em P. Bearman, H. Bruckner, B. B. Brown, W. Theobard, & S. Philliber. *Peer potential: Making the most of how teens influence each other* (pp. 81-111). The National Campaign to prevent teen pregnancy.
- Raimundo, S. L. (2017). Salve quebradas! Defendendo o óbvio: a lei de fomento à cultura das periferias. *Anais do XV SIMPURB - Simpósio de Geografia Urbana*. Salvador. <https://simpurb2017.ufba.br/anais-do-xv-simpurb>
- São Paulo. (2020). *Decreto n. 64.881, de 22 de março de 2020*. <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-64881-22.03.2020.html>
- Silva, F. A. (2018). Coletivos juvenis e transição para vida adulta: desafios vividos por jovens da cidade de São Paulo. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Repositório Digital da USP. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-14122018-101805/publico/FERNANDA_ARANTES_E_SILVA_rev.pdf

- Silva, S. P., Morais, L. P., & Santos, D. S. (2020). Repertório programático e resiliência das políticas subnacionais de economia solidária no Brasil: síntese de experiências estaduais e municipais. *Boletim Mercado de Trabalho*, 26(70), 214-228. <http://doi.org/10.38116/bmt70/economiasolidaria6>
- Souto, A. L. S. (2016). Juventude e participação. Em D. Pinheiro, E. Ribeiro, G. Venturi, & R. Novaes. *Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças* (pp. 265-286). Unirio.
- Sposito, M. P. (2005). Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. Em H. W. Abramo, & P. P. M. Branco. *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional* (pp. 87-127). Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo.
- Sposito, M. P., Almeida, E., & Corrochano, M. C. (2020). Jovens em movimento: mapas plurais, conexões e tendências na configuração das práticas (2020). *Educação & Sociedade*, Campinas, 41(e228732). <https://doi.org/10.1590/ES.228732>
- Sposito, M. P., Souza, R., & Silva, F. A. (2018). A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. *Educação e Pesquisa*, 44(e170308). <https://doi.org/10.1590/s1678-4634201712170308>
- Tomizaki, K., & Daniliauskas, M. (2018). A pesquisa sobre educação, juventude e política: reflexões e perspectivas. *Pro-Posições*, 29(1), 214-238. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0126>
- Tommasi, L. (2016). Jovens produtores culturais de favela. *Linhas Críticas*, 22(47), 41-62. <https://doi.org/10.26512/lc.v22i47.4766>
- Tommasi, L. (2018). Empreendedorismo e ativismo cultural nas periferias brasileiras. Entrepreneurship and cultural activism in brazilian peripheries. *H-ermes. Journal of Communication*, 1(13), 167-196. <http://siba-esc.unisalento.it/index.php/h-ermes/article/view/19925>
- Tommasi, L., & Corrochano, M. C. (2020). Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil (2020). *Estudos Avançados*, 34(99), 353-371. <http://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.021>
- Venturi, G., & Bokany, V. (2005). Maiorias adaptadas, minorias progressistas. Em H. W. Abramo, & P. P. M. Branco. *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional* (pp. 351-368). Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo.

NOTAS

- [1] Protestos de entregadores de aplicativos, em especial os bike boys, em geral jovens, negros e das periferias (Abílio, 2020), também se tornam mais visíveis, desafiando as conexões entre ação coletiva, trabalho e juventude, mas esses eventos não serão aqui abordados, dado o escopo desse artigo.
- [2] O artigo apresenta parte dos resultados de um projeto realizado com apoio da FAPESP. Processo número: 2018-12094-3.
- [3] Na PNAD Contínua, trabalhadores informais são aqueles que trabalham sem carteira assinada no setor privado e público, incluindo também os trabalhadores domésticos, por conta própria e empregadores sem contribuição à Previdência Social. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2020)
- [4] Utiliza-se aqui o termo "coletivas" tal qual emergiu nas entrevistas, especialmente entre os grupos constituídos por integrantes do gênero feminino.
- [5] Todos os nomes são fictícios para preservar o anonimato de nossos interlocutores.
- [6] O Programa para Valorização de Iniciativas Culturais (VAI) tem a finalidade de apoiar atividades artístico-culturais, principalmente de jovens de baixa renda. O Programa de Fomento à Cultura da Periferia tem o objetivo de apoiar coletivos artístico-culturais que atuam nas periferias de São Paulo.

ENLACE ALTERNATIVO

<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/36720> (pdf)